



CARMEN DOLORES: UMA VOZ DISSONANTE NA *BELLE ÉPOQUE*

SIMÕES JUNIOR, Alvaro Santos¹

RESUMO: A assim chamada Regeneração do Rio de Janeiro ou Bota-Abaixo, para quem sofreu seus deletérios efeitos sociais, conseguiu debelar endemias da cidade e melhorou sensivelmente a infraestrutura do porto, mas agravou as já precárias condições de vida das camadas mais humildes da população carioca. Jornais e revistas empenharam-se em construir um consenso favorável às reformas lideradas pelo prefeito Pereira Passos e em combater grupos que a elas opunham resistência. Nas coleções preservadas de periódicos, pode-se encontrar uma ou outra voz isolada que criticava as reformas Pereira Passos no seu todo ou em algumas de suas consequências negativas. Carmen Dolores, pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Melo, era uma dessas vozes. Ela se mostrava sensível ao caráter antipopular das reformas Pereira Passos e criticava abertamente seus propósitos políticos. Tendo alcançado reputação de cronista corajosa com sua coluna dominical “A Semana”, publicada no matutino *O País* de 1905 até sua morte em 1910, Carmen Dolores estabeleceu breve polêmica com Olavo Bilac, que talvez tenha sido, na imprensa, o principal defensor da Regeneração ao responder pelas principais colunas de crônicas de três veículos importantes do período: o matutino *Gazeta de Notícias*, o vespertino *A Notícia* e a luxuosa revista ilustrada mensal *Kosmos*.

PALAVRAS-CHAVE: Carmen Dolores; *O País*; Pereira Passos; Crônica.

CARMEN DOLORES: A DISSONANT VOICE IN THE *BELLE ÉPOQUE*

ABSTRACT: The so-called Regeneration of Rio de Janeiro or Bota-Abaixo, expression used by those who suffered its deleterious social effects, had success in the fight against endemic diseases in the city and improved of the port’s infrastructure, but worsened precarious living conditions of the poorest

¹ Professor de Literatura Brasileira na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Unesp) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: alvaro.simoed@unesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5269-7108>.

sections of the population. Newspapers and magazines strove to build a consensus in favor of the reforms led by mayor Pereira Passos and to combat groups that resisted the urban transformation. In the preserved archives of periodicals, mainly in the National Library of Rio de Janeiro, one can find an isolated voice that criticized the Pereira Passos reforms as a whole or some of their negative consequences. Carmen Dolores, pseudonym of Emília Moncorvo Bandeira de Melo, was one of these voices. She was conscious to the anti-popular nature of Pereira Passos' reforms e openly criticized their political purposes. Having achieved a reputation as a courageous chronicler with her Sunday column "A Semana", published in the morning newspaper *O País* from 1905 until her death in 1910, Carmen Dolores established a brief controversy with Olavo Bilac, who was perhaps, in the press, the main supporter of Regeneration in three important vehicles of the period: the morning newspaper *Gazeta de Notícias*, the afternoon newspaper *A Notícia* and the luxurious monthly illustrated magazine *Kosmos*.

KEYWORDS: Carmen Dolores; *O País*; Pereira Passos; Chronicle.

Em seu estudo sobre a revista *Kosmos*, Antônio Dimas (1983) cunhou a expressão "tempos eufóricos" para designar os anos iniciais do século XX. Pode-se dizer que de 1904 a 1909, anos em que circulou a revista, o Rio de Janeiro viveu plenamente a sua *Belle Époque*, período de grandes melhorias na infraestrutura, na salubridade e na aparência da cidade, radicalmente transformada sob a gestão autoritária do prefeito Pereira Passos com total apoio do presidente Rodrigues Alves. Para as camadas médias e privilegiadas era um tempo de grande otimismo e de inabalável confiança no ingresso do Brasil no rol das "nações civilizadas".

Como a historiografia demonstrou abundantemente, a assim chamada Regeneração do Rio de Janeiro se fez com um alto custo social. Em *Literatura como missão*, Nicolau Sevcenko (2003, p. 43) elencou os quatro princípios que presidiram às reformas. Sendo a Paris do barão de Haussmann o modelo para as reformas do ponto de vista urbanístico, verificava-se naquele tempo a difusão de um acentuado cosmopolitismo que se traduzia por uma europeização da cultura e das práticas sociais da elite carioca. Combatiam-se, em nome do progresso, costumes e tradições locais, polemicamente associados aos tempos coloniais. Da mesma forma, sofreram repressão às vezes violenta manifestações da cultura popular como a venda e o consumo de alimentos e bebidas nas vias públicas e a concentração ruidosa e eventualmente festiva de populares em torno de chafarizes e quiosques, os quais foram retirados do centro da cidade para dar lugar à ampliação e embelezamento de vias e logradouros públicos, assim como foram derrubados, com a mesma finalidade, centenas de prédios antigos que, com o tempo, tinham sido convertidos em cortiços. Todas essas medidas resultavam em uma efetiva expulsão das

chamadas classes populares do centro e de outras partes nobres da cidade, o que, dadas as condições demográficas e sociais do Brasil, assumia indisfarçavelmente o aspecto de segregação racial, de um ambicionado *embranquecimento* do Rio de Janeiro.

As vítimas da Regeneração deixaram de assistir passivamente a medidas que tornavam a sua vida cada vez mais difícil quando, no final de 1904, o governo republicano, em nome da saúde pública, enviou ao Congresso uma lei para tornar obrigatória a vacinação contra a varíola. Inverdades sobre a segurança dessa vacina e seu modo de aplicação foram propaladas por grupos políticos radicais (jacobinos e monarquistas), interessados em derrubar o governo Rodrigues Alves (quicá a República), e o resultado foi a transformação do Rio de Janeiro em uma praça de guerra. Equipamentos públicos que simbolizavam a modernização da cidade como a nova iluminação em estilo *art nouveau* foram destruídos, e muitas pessoas foram presas, mortas ou desterradas para o Acre.

Diante dessa conflagração, a imprensa emprestou apoio quase monolítico ao governo e condenou veemente a assim chamada Revolta da Vacina, considerando-a como o resultado da ação subversiva de forças reacionárias. Mas nos jornais e revistas havia quem eventualmente discordasse desse consenso em torno do suposto caráter benéfico da Regeneração e acabasse por se tornar uma voz dissonante nesse coro dos contentes. É o caso notável de Carmen Dolores, pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Melo, que, com o Bota-Abaixo do Passos em curso, ocupou a principal seção do jornal *O País*, a crônica dominical, a que deu o nome de “A semana”. Pretende-se aqui argumentar que suas reticências em relação às melhorias da cidade estavam intimamente associadas às suas convicções políticas.

Carmen Dolores é uma escritora cujo valor somente pode ser bem apreciado no acervo constituído pela coleção do matutino carioca *O País*, disponível quase integralmente na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Sua retomada pela crítica é relativamente recente e foi marcada pela antologia preparada por Eliane Vasconcellos (1998) com trinta e nove crônicas de “A semana”. O volume é aberto por estudo da editora com informações bibliográficas e considerações críticas que ressaltam a atualidade de Carmen Dolores.

Recentemente, a coluna de Carmen Dolores em *O País* foi analisada de uma perspectiva feminista na tese de doutoramento de Risolete Maria Hellmann (2015), orientada por Zahidé Lupinacci Muzart, que tantos serviços prestou ao estudo e difusão da literatura de autoria feminina no Brasil. Nesse trabalho acadêmico, Hellmann transcreveu integralmente cento e duas crônicas da autora. A parte propriamente dissertativa foi publicada em 2021 sob forma de *e-book* pela editora AmoLer.

Escrevendo em um jornal declaradamente republicano, Carmen Dolores não fazia questão de ocultar seu monarquismo, mas tinha o cuidado de não dar a seu posicionamento político feições revolucionárias, ao contrário do que fazia um Carlos de Laet, por exemplo, no *Jornal do Brasil* e também em *O País*.

Em fevereiro de 1908, ao fazer o elogio de Luís da Câmara Reis, escritor português e correspondente de *O País*, a cronista observou que, apesar de concordâncias no terreno da literatura, divergia do colega na política: “ele deve ser republicano, eu talvez o não seja” (DOLORES, 16 fev. 1908, p. 1). Dois anos depois, deixou a forma dubitativa ao agradecer à aguerrida sufragista Leolinda Daltro, chefe do Partido Republicano Feminino, que então se organizava (VALIM, 4 nov. 2023, p. 3), o envio de exemplar da revista *A Política*. Quis, na ocasião, evitar que a ilustre feminista nutrisse ilusões a seu respeito e continuasse a considerá-la uma republicana:

Tenho repetido sempre, sem medo, e, aliás, também sem esperança, que sou monarquista ferrenha, retrógrada, mas fiel às minhas ideias; que a única forma de governo que me agrada, me sorri, me alenta, é a do regime monárquico; e também que, se esse governo voltasse, eu me sentiria imensamente feliz e tudo faria por ele, mas, ao mesmo tempo, sem esperar as realidades ditosas do passado, o qual, desde que se esvai como fumo, não mais se renova sob os mesmos moldes lembrados com saudade e dor. (DOLORES, 19 jun. 1910, p. 1)

A despeito dessa declaração positiva, não havia boas relações entre ela e os monarquistas ainda atuantes na imprensa e em articulações políticas mais ou menos clandestinas. Em crônica de maio de 1910, como lembrara a euforia com que o Rio de Janeiro celebrara a Abolição, medida que fora, porém, incapaz de preservar o trono vacilante, Carmen Dolores previu que, a partir de então, seria chamada de *isabelista*, ou seja, que viriam a associá-la ao grupo que trabalhava pela restauração monárquica com a ascensão da antiga princesa imperial ao trono brasileiro. Refutou enfaticamente tal suposição por se declarar anticlerical e por ter a convicção de que, uma vez vitorioso o *isabelismo*, seriam franqueados “a vitória e o domínio das batinas negras, que então acampariam decisivamente, triunfalmente, em nossa terra, tudo invadindo, tudo avassalando com a força de uma onda onipotente” (DOLORES, 15 maio 1910, p. 1).



O monarquismo de Carmen Dolores era, no fundo, melancólico e resignado com a consolidação do novo regime. As mortes dos viscondes de Sinimbu e do Cabo Frio, por exemplo, levaram-na a lamentar a partida dos “nossos velhos homens do passado, relíquias saudosas que leva[va]m consigo tradições em breve olvidadas, reminiscências, lembranças, ideias de outros tempos, coisas esvaídas que nunca, nunca mais tornar[iam] à luz da realidade”. Para ela, o pior era que tais perdas não poderiam ser sanadas, pois os “moços” republicanos que os sucediam procuravam apenas ser “extramodernos, arrivistas frenéticos” e não hesitavam em destruir “com ânsia quanto representa[va] a história antiga” (DOLORES, 20 jan. 1907, p. 1).

Em uma comparação dos velhos tempos do Império com a pretensa modernidade republicana, lembrou que os espetáculos do teatro Provisório, os bailes do Cassino Fluminense e os concertos do Club Beethoven viviam lotados e ninguém se preocupava com que roupa ir, pois a própria “família imperial dava o exemplo da simplicidade”. Sob a República, no entanto, grassava a obsessão com a “aparência, fachada ou coisa que o valha” (DOLORES, 21 abr. 1907, p. 1) e, dada a carestia então generalizada, ficava difícil, mesmo para os remediados, frequentar condignamente as salas de espetáculos.

O máximo que essa monarquista resignada pretendia obter da República era respeito à memória do Imperador e às realizações do Império. Por isso, protestava contra piadas que se faziam sobre a qualidade das pedras preciosas da coroa imperial e sobre um suposto costume, por parte de D. Pedro II, de presentear salvas de prata, que, em muitas casas, tinham sido em anos recentes rebaixadas a usos pouco nobres (DOLORES, 4 nov. 1906, p. 1). Carmen Dolores ficou particularmente indignada em maio de 1907 com a proibição que se impôs ao desembarque no Rio de Janeiro do príncipe D. Luís de Bragança, obrigado assim a permanecer a bordo do navio Amazon, que seguiu depois para a Argentina (DOLORES, 19 maio 1907, p. 1).

Sua gratidão à família imperial, cujas residências frequentava, levou-a em 1909 a apoiar a iniciativa de erigir-se em Petrópolis um monumento ao antigo imperador, mas fez questão de dizer que considerava essa homenagem pública mero prenúncio de outra mais importante, a “repatriação do sagrado ataúde que a Pátria reclama” (DOLORES, 14 fev. 1909, p. 1). Tratava-se de reparação histórica que inclusive contava com o apoio de republicanos acima de qualquer suspeita como, por exemplo, Olavo Bilac (jul. 1906). Três anos antes, a cronista lembrara justamente que D. Pedro de Alcântara permanecia “sozinho no seu áspero abandono de corpo desterrado” na igreja lisboeta de São Vicente de Fora (DOLORES, 9 dez. 1906, p. 1), panteão da dinastia de Bragança.

Do seu ponto de vista, a consolidação da República, como fato irreversível, tornava imperioso fazer-se justiça ao antigo monarca. Em uma de suas últimas crônicas, lembrou que, em 1889, na humilhante partida da família imperial para o exílio, escoltada por soldados de fuzis embalados, assessores aconselhavam a D. Pedro a resistência, mas o imperador deposto dissera, com veemência, que “jamais, jamais ele faria correr o sangue do povo brasileiro em tentativa alguma para conservar o trono” (DOLORES, 27 fev. 1910, p. 1). Os próceres do novo regime, que triunfou sem luta, tinham, portanto, de ser gratos à memória do magnânimo imperador.

Essa cronista que vivia entre Petrópolis e Rio Janeiro e cultivava a memória dos bons tempos idos foi uma testemunha pouco complacente da Regeneração. A República, que fora imposta pela espada, enfrentara quase uma década de sobressaltos políticos, do golpe inicial de 1889 ao atentado a Prudente de Moraes em 1897, e impusera ao país quatro anos de rígida austeridade monetária sob a presidência de Campos Sales (1898-1902), encontrava finalmente na ampla reforma do porto e da cidade do Rio de Janeiro e no vitorioso combate às epidemias e endemias, conduzido por Osvaldo Cruz, uma maneira de conquistar maior apoio junto a parcelas influentes da população.

Para Carmen Dolores, chamar as intervenções na cidade de *embelezamento*, como então se fazia, era inapropriado em função dos danos causados pelas obras:

Embelezam a nossa heroica cidade de São Sebastião, e o resultado é tornar-se a dita cidade quase inabitável, dos subúrbios a Botafogo.

Embelezam o Mangue e o Mangue transborda à menor chuva, afoga o gás,² impede o trânsito dos *bonds* e carrega com os cacarésus da população mais necessitada, além de ameaçar a vida de não pouca gente.

Embelezam a avenida Beira Mar, e os escoamentos pluviais não somente deixam de fazer-se, mas até a maré agora penetra por eles a dentro e vem inundar ruas e casas. A cada momento é um dilúvio aterrador... E por todas as vias públicas *embelezadas*, ao mínimo aguaceiro de verão, é isso que vemos agora: correntes caudalosas, vidas em perigo, desabamentos, desgraças, a interrupção completa, em suma, de todos os hábitos e privilégios da existência civilizada. (DOLORES, 25 mar. 1906, p. 1)

² Refere-se a cronista à estação que produzia o gás consumido pelos combustores da iluminação pública.

À escritora monarquista não interessava afetar confiança nos benefícios futuros da reforma Passos, mas antes ressaltar as imediatas consequências nefastas para a população mais humilde, que não tinha automóveis à sua disposição:

Patinha-se na lama em enormes distâncias, faz-se acrobacia sobre montes de vigas, aprende-se a pular valorosamente fossos profundos à entrada das próprias casas, esbarra-se em barricadas de pedras e tijolos, respira-se pó, ensurdece-se ao estrondo das mil picaretas rasgando a um só tempo as camadas resistentes do solo — e nem ao menos pode a gente transportar-se mais com rapidez de uma extremidade a outra da metrópole, como nas épocas de atraso! (DOLORES, 8 jul. 1906, p. 1)

Justamente na semana em que se inaugurou a Avenida Central, a obra mais emblemática das reformas, que já se ornamentava de edifícios modernos, Carmen Dolores dedicou-se a descrever a grande enchente que tomou conta da cidade exatamente no dia dos festejos. Enquanto as autoridades republicanas celebravam a nova ordem imposta à cidade, as vias públicas eram tomadas pelas águas, instalando-se o caos testemunhado pela impotente e assustada cronista, que ficou ilhada em um bonde. Sua descrição vívida dos percalços sofridos pela população, com suas hipérboles expressivas e ritmo admiravelmente bem dosado, contrastava com as eufóricas comemorações oficiais:

Rodavam os passageiros em um balanço de escaler, passa, não passa o veículo, aqui um temeroso *maelstrom* de espumantes remoinhos, ali o fragor de uma queda d'água na boca hiante de um bueiro, acolá um marulhante lago onde alvas cristas freíam sobre uma espessa massa tom de sépia com muito nanquim, e depois a infindável fita pardacenta de rios caudalosos, dividindo-se em braços mais largos ou mais estreitos e desaguando uns nos outros, furiosos, chocando-se, misturando as suas cachoeiras rumorosas, correndo, fugindo, inchando — tudo isto ao som da chuva, da enxurrada, das pragas dos cocheiros e dos condutores, lembrando a fúria das águas do Apocalipse.

No meu *bond* havia grande ansiedade. O mangue apresentava altivamente uma superfície de oceano.

Onde a linha do canal?

Impossível descobrir. (DOLORES, 19 nov. 1905, p. 1)



A reforma Passos atendia aos propósitos do novo regime, que pretendia transformar a antiga Corte Imperial na moderna Capital Federal. Intervenções como a realizada no largo do Paço, que, por sinal, tinha sido renomeado como praça XV de Novembro, procuravam *republicanizar* espaços associados pela memória popular aos tempos imperiais. Carmen Dolores insurgiu-se particularmente contra mutilações sofridas pelo Passeio Público para a instalação do Palácio Monroe e, depois, para a realização do Congresso Pan-americano nesse belo edifício em estilo eclético. Ao passar certa noite pelo antigo jardim construído pelo botânico francês Auguste Glaziou, que introduziu pioneiramente plantas brasileiras na jardinagem, a cronista teria ouvido o queixume das árvores:

Aludiam à barbaridade com que eram esgalhadas, decepadas, destruídas, desde que aquele pavilhão ali próximo se erguia, devorando o espaço... Mostravam-se reciprocamente os seus troncos despojados de ramagens, subindo magros e nus, como uns esqueletos de inverno, pelo ar acima. Para que tanta crueldade inútil, Senhor? Que mal faziam eles naquele velho jardim, outrora tão sombroso e fresco, por efeito de suas massas imponentes de verdura, hoje amputadas, reduzidas a uma estreita copa balançada pelos ventos? E contudo, além de as desfolharem assim dos seus ramos, deixando-lhes apenas um longo pé mutilado, liso, descarnado, feio, esquelético; além de lhes cercearem a área onde à larga vicejavam e floriam, retalhando sacrilegamente dois flancos do formoso passeio popular, propriedade do público, como bem o diz seu título, ainda mais tinham feito esses algozes, ai delas! Tinham condenado à morte muitas das suas irmãs, as mais belas e frondosas, fortes, eretas, vestidas de cipós e ervas enroscando-se nos seus galhos, vivendo da sua seiva, e cuja cimeira gloriosa destacava-se cor de esmeralda no azul do céu. (DOLORES, 22 jul. 1906, p. 1)

Para a cronista, a injustificada derrubada de árvores tornara árido o jardim, onde a grama murchava sob a livre incidência da forte luz solar dos trópicos. Restava-lhe lamentar a sorte das mutiladas: “Ah! pobres árvores: a civilização marchou, passou — e as sacrificadas fostes vós, verdes e humildes representantes da simples natureza, que a grandes e bárbaros golpes é expulsa da cidade” (DOLORES, 22 jul. 1906, p. 1).

Seu protesto não ficaria sem resposta, e esta viria do escritor que Antonio Candido certa vez considerou “homem providencial para as necessidades ideológicas das camadas dominantes” da Primeira República (1982, p. 10). Com suas crônicas no matutino *Gazeta de Notícias*, no vespertino *A Notícia* e na revista mensal *Kosmos*, Bilac era uma espécie de paladino

oficioso da Regeneração. No diário “Registro”, que mantinha em *A Notícia*, observou inicialmente a abundância de boas notícias trazidas todos os dias pelas reformas, tornando-se impossível fazer o comentário de todas. Uma delas, porém, impunha-se especialmente à sua atenção:

Mas não deixemos sem louvor a transformação do velho Passeio Público, que deixou de ser um carrancudo e cerrado parque colonial, para ser um admirável jardim moderno, cujas árvores majestosas pompeiam agora, em plena e soberba formosura, livres do mato espesso que as encobria e matava. Agora, quando os bondes de Botafogo rodeiam o Passeio, não há quem se não extasie diante do lindo espetáculo dos extensos e verdes canteiros, de onde sobem livremente para o céu as palmeiras esbeltas, e as imensas Cesalpináceas e Mirtáceas, através de cujos troncos a vista alcança longe a face azul e rebrilhante do mar...

Até o busto de Gonçalves Dias, que as moitas de café bravo até agora tapavam e escondiam, aparece no centro do relvado, cercado de flores. (BILAC, 4 ag. 1906, p. 2)

O poeta parnasiano não citou nominalmente a sua antagonista tácita, mas associou, com estudada condescendência, o protesto feito por ela a um senso estético equivocado:

Naturalmente, entre dez pessoas, que admiram e aplaudem essa reforma do velho Passeio Público, sempre aparece uma que a não admira nem aprova... Para certa gente, o amor das árvores confunde-se com o amor do mato: é a gente que não admite os parques modernos, à moda inglesa, abertos e escampos, e somente ama os trechos de matagal cerrado em que a incúria e o mau gosto tinham transformado todos os jardins da cidade.

São gostos! — Se todos no mundo tivessem bom gosto, que seria do amarelo e de todas as coisas feias que há na terra?... (BILAC, 4 ag. 1906, p. 2)

O cronista do “Registro” não se restringiu ao argumento estético, mas vinculou a intervenção no velho jardim aos alegados propósitos gerais da reforma Passos, que vinha sendo feita em nome da higiene e também da segurança, tornando, porém, o centro da cidade cada vez mais hostil aos representantes das classes populares, em seu texto implicitamente identificadas com “meliantes e vagabundos”, sempre temidos pela *gente de bem*:

Felizmente, a imensa maioria da população não tem essa mania da admiração do mato virgem, — mania em que parece perdurar um vestígio atávico do temperamento dos



tamoios que aqui viviam há quatrocentos anos: quase todos os cariocas preferem os seus jardins de hoje, abertos ao trânsito da gente limpa, e mostrando livremente à vista as suas árvores maravilhosas, — aos fechados jardins de outrora, que acoutavam meliantes e vagabundos nas suas moitas perigosas.

Deixemos o mato virgem aos macacos e às cobras: os homens civilizados precisam de jardins que também sejam civilizados. (BILAC, 4 ag. 1906, p. 2)

A despeito da proverbial elegância do cronista, suas ironias não poderiam deixar de ferir a pele sensível de Carmen Dolores, que voltou à carga dias depois, acusando sem pudor os golpes recebidos. No início de sua crônica, cumprimentou Luís Gastão de Escragolle Dória, em cujas veias circularia “sangue tão autenticamente azul” que, segundo ela, o fazia amar a natureza, por ter protestado na imprensa contra cortes de árvores ocorridos no bairro do Sumaré. Mas ela lhe fez um alerta:

Cumpra-lhe saber, aprender, como ente moderno, que o grito da época é: abaixo as árvores! E quem discorda dessa senha traz consigo o vestígio atávico do temperamento dos tamoios que aqui viviam há quatrocentos anos; e passa-se-lhe, muito expeditamente, um diploma de macaco... (DOLORES, 12 ag. 1906, p. 1)

Carmen Dolores procurou, a princípio, como se vê, responder às críticas de Bilac com certa jocosidade, dizendo que Dória, com seu sangue aristocrático, e Glaziou, com sua ascendência europeia, podiam esquivar-se da acusação de atavismo tamoio, mas não teria ela esse privilégio, pois entre os seus avoengos encontrava apenas um português. Deixando, porém, o humor de lado, a cronista fez logo depois críticas bem diretas à intervenção sofrida pelo Passeio Público, ressaltando seu caráter elitista:

Eu prefiro que não me achem civilizada, a ser vândala profanadora e sacrílega. Sustento que não se tinha o direito de mutilar e desabar as velhas, as belíssimas e frondosas árvores do nosso Passeio Público, centro popular, onde, nos tórridos meses de dezembro e fevereiro, a população encontrava um pouco de refrigério para o corpo devorado pelo sol. Era um oásis para os pobres, de que fizeram um descampado aberto e árido, em satisfação ao capricho dos ricos ou sistemáticos, que lá não entram. (DOLORES, 12 ag. 1906, p. 1)

Carmen Dolores também aludiu francamente ao caráter autoritário e antipopular das reformas Passos como um todo:

E cumpria que se erguesse um paradeiro a essas fantasias municipais, que atentam ao inocente regalo do povo, ao mesmo tempo que destroem barbaramente belezas nacionais, que não são propriedade de um grupo privilegiado. (DOLORES, 12 ag. 1906, p. 1)

A cronista de *O País*, que também sabia usar de ironia, inverteu comicamente uma alegada vantagem das modificações no Passeio Público. Como Bilac dissera que, a partir da reforma, quem passasse de bonde, olhando através do jardim, poderia avistar o mar do outro lado, Carmen Dolores fez uma concessão irônica, como se não entendesse perfeitamente o argumento do antagonista:

É verdade que nos apontam uma compensação: através do jardim mutilado, já se vê passarem do outro lado os *bonds* de Botafogo...

E que mais pode querer além disso o zé povo, nos dias caniculares? Tome sol e veja *bonds* — já não é pouco. (DOLORES, 12 ag. 1906, p. 1)

Mais de um século depois, pode-se ainda perceber com clareza a tensão estabelecida entre esses gladiadores da imprensa. Não se tratava, como se nota, apenas de alguns cortes de árvores, cipós e arbustos. Em ponto pequeno, era como se no Passeio Público estivesse em disputa a continuação das reformas “regeneradoras” do prefeito Pereira Passos e sob ameaça o consenso social que se procurava obter em torno delas.

Entende-se assim a tempestiva intervenção de Olavo Bilac, que procurou rotular como equivocadas ou atrasadas as preocupações de Carmen Dolores, pois, na sua opinião, o Passeio Público mimetizaria assim os modernos e admiráveis parques britânicos, que, aliás, inspiraram algumas das intervenções de Haussmann em Paris, onde fora criado, por exemplo, o Bois de Boulogne, que rivalizava com similares ingleses. Figueiredo Pimentel, colega de Bilac na *Gazeta de Notícias*, anunciava com frequência na sua coluna “Binóculo” que o Rio de Janeiro finalmente se civilizava com as reformas Passos; seria difícil ao Passeio Público permanecer incólume à ação decidida das picaretas da prefeitura. Tratava-se da europeização da cidade, e a jardinagem tropicalizada de Glaziou, que ousadamente atribuía valor ornamental a plantas

brasileiras, teria de ser rebaixada a matagal cerrado ou mato virgem, de que se destacavam as “moitas de café bravo”, desprezadas pelo poeta parnasiano.

Compreende-se também a reação de Carmen Dolores em defesa do “cerrado parque colonial”, que era um dos legados do Império à cidade e um dos locais mais tradicionais da convivência social no Rio de Janeiro, democraticamente franqueado a todas as classes sem distinção. Assim como exigia respeito ao Imperador e suas realizações, não podia a cronista de *O País* ficar indiferente a mais essa operação essencialmente política de apagamento da memória imperial para pôr em evidência mais um monumento “republicano” como o Palácio Monroe. Mulher de notória coragem, Carmen Dolores não hesitou em duelar com um temível oponente, talvez o mais popular cronista daquele tempo.

REFERÊNCIAS

- BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 7, jul. 1906.
- BILAC, Olavo. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p. 2, 1. col., 4 ag. 1906.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Rio de Janeiro: Globo, 1982. p. 9-12.
- DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos: análise da revista Kosmos (1904-1909)*. São Paulo: Ática, 1983.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 19 nov. 1905.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 25 mar. 1906.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 8 jul. 1906.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 22 jul. 1906.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 12 ag. 1906.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 4 nov. 1906.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 9 dez. 1906.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 20 jan. 1907.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 21 abr. 1907.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 19 maio 1907.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 16 fev. 1908.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 14 fev. 1909.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 27 fev. 1910.
- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 15 maio 1910.

- DOLORES, Carmen. A semana. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 1.-2. col., 19 jun. 1910.
- HELLMANN, Risolette Maria. *Carmen Dolores, escritora e cronista: uma intelectual feminista da Belle Époque*. 2015. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- HELLMANN, Risolette Maria. *Ousadia e irreverência na ponta da pena: crônicas de Carmen Dolores em O País – 1905 a 1910*. Barueri (SP): AmoLer, 2021.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. de Celso Nogueira. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- VALIM, Patrícia. Leolinda Daltro foi protagonista da luta pelo direito das mulheres ao voto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. B3, 4 nov. 2023.
- VASCONCELLOS, Eliane. Carmem Dolores. In: DOLORES, Carmem. *Crônicas (1905-1910)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 11-20.